



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 78ª  
(SEPTUAGÉSIMA OITAVA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente Lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 76ª Sessão Ordinária;

– Ata da 77ª Sessão Ordinária.

Estão presentes seis Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

Peço aos colegas que sigamos os prazos para chegarmos à abertura da fase deliberativa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um tema que está bastante em alta no momento é a educação. Falando em educação, quero fazer um pedido especial para a Escola Classe 209, de Santa Maria, onde participei de uma reunião com professores e o diretor, professor Augusto.

Deputada Arlete Sampaio, é preciso medidas urgentes para melhorar aquele espaço, visando atender alunos, professores e servidores que diariamente convivem hoje com uma situação muito difícil. A quadra de esporte daquela escola precisa de uma cobertura urgente, o estacionamento necessita de urbanização e as instalações da escola pedem urgentemente uma ampliação. Apresentei hoje nesta Casa proposta para que medidas sejam adotadas urgentemente.

A escola, como todos sabemos, é um espaço de aprendizagem e de convivência de valores. É ali que nossas crianças e nossos jovens se socializam, brincam e experimentam novos e velhos conhecimentos. Para que se cumpram as diretrizes de ensino de qualidade, aquisição de conhecimentos e práticas culturais, é preciso também que haja um espaço digno, onde estudantes tenham prazer de estudar e conviver. Professores capacitados, que dedicam seu tempo com compromisso e postura, precisam também de um espaço digno para trabalhar. Por isso, hoje, faço um apelo, para que o Governo do DF dê prioridade para aquele centro de ensino, dotando-o de melhorias que vão beneficiar centenas de estudantes e os professores que ali trabalham.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	3

Antes de encerrar, quero registrar aqui meu protesto contra a falta de pagamento de salários aos caminhoneiros que prestam serviços ao GDF. Segundo os dirigentes da Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas e Passageiros — Coopercam, os trabalhadores estão sem salário há três meses, Deputado Chico Vigilante. Foi pago um mês, mas ainda restam outros três. São pais de família que precisam do salário para honrar seus compromissos e sustentar seus filhos, como todos nós, trabalhadores, que contamos com o salário no final do mês. Portanto, faço também esse apelo para que se coloque em dia o salário dos caminhoneiros de Brasília, que estão atrasados há três meses.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, meu pronunciamento de hoje é sobre a segurança pública. Eu vou apresentar aqui nesta Casa um requerimento de convocação do Comandante da Polícia Militar e do Comandante do Corpo de Bombeiros. Por que, Sr. Presidente? Porque toda semana estamos vivendo um momento de boatarias ou de verdades.

Esta Casa oficialmente já pediu o plano de reestruturação e sequer teve a resposta do Governo do Distrito Federal, que não pode reclamar um pedido de convocação do comandante para prestar esclarecimentos. Eu recebi vários ofícios falando sobre o pedido de convocação. Praças estão indo ao Colégio Militar fazer um curso de formação e em certo momento estão pedindo para que assinem um documento. O que causa estranheza para nós é que nunca houve a necessidade, em eventos da Polícia Militar, da assinatura de lista de presença. Agora, no auge do plano de reestruturação, estão fazendo curso de formação e pedem a assinatura deste termo de presença. Então eu acho que a melhor pessoa para vir aqui prestar informação para nós é o Comandante da Polícia Militar, Sr. Presidente. Ele deve nos falar realmente o que está acontecendo: são cursos de formação em que o policial realmente tem que garantir lá a sua presença e assinar uma lista de presença ou essa lista de presença vai ser usada indevidamente? Isso tem causado um desconforto na tropa. Eu vou apresentar hoje na tribuna um requerimento de convocação do Comandante da Polícia Militar e gostaria de contar com o apoio dos colegas.

Eu também recebi uma denúncia, Sr. Presidente, sobre o curso de aperfeiçoamento do Corpo de Bombeiros. Nós temos militares que estão fazendo esse curso com mais de dez anos efetivos no Corpo de Bombeiros... As fotos que eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	4

recebi, Sr. Presidente, demonstram falta até de direitos humanos. Os relatos que eu recebi também – recebi uma comissão no meu gabinete – são de que um policial estava passando mal no treinamento e sequer teve o socorro necessário, com princípio de AVC, e de que os praças estavam sendo chamados de “moleque”.

Acho que isso não é curso de treinamento, Sr. Presidente, isso é curso de humilhação. Nós temos que treinar, sim, preparar o policial militar, preparar o bombeiro. Mas um policial militar e um bombeiro que já têm quinze anos de corporação passar por um curso de aperfeiçoamento numa situação de humilhação como a que está acontecendo hoje, Sr. Presidente, é fato gravíssimo!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, se V.Exa. me permite, no que diz respeito à questão da reestruturação, realmente nós temos insistido, temos pedido. Quero utilizar da sua fala, dessa oportunidade, para dizer que é fundamental esse debate.

Recentemente atendi no meu gabinete a assessoria do Comando da Polícia Militar e destaquei a importância de termos conhecimento. Quando o governo entendeu que era importante a participação dos Deputados para discutir uma proposta de negociação – e aí nasceu a própria comissão –, lembraram-se de nós, e lá estivemos para atender esse apelo. É mais do que justo que agora possamos conhecer a proposta que essa comissão apresentou para que possamos avaliá-la também. Creio que representamos parte da população.

É um prejuízo enorme para a sociedade esse tipo de discussão, a que apenas alguns têm acesso, não toda a sociedade, uma vez que o tema interfere na vida de milhares de policiais, que estão ansiosos por essa reestruturação. Mas não é apenas uma conquista, é também uma participação naquilo que é um direito dele.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, agradeço a intervenção de V.Exa. Só para complementar a sua fala, o mais grave não é discutir somente internamente esse plano de reestruturação, o mais grave talvez seja, Sr. Presidente, fazer com que os praças assinem um documento como se estivessem cientes do que está acontecendo e apoiando esse plano de reestruturação.

Então, eu vou apresentar hoje um requerimento aqui de convocação do Comandante-Geral da PM e do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros para que eles possam prestar esclarecimentos sobre esses atos, até para dar segurança à população do Distrito Federal. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a condição desta Casa Legislativa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	5

de criar confusão é ilimitada, e a cada dia a gente tem uma surpresa mais desagradável proporcionada por determinados Deputados.

Eu tenho, tramitando aqui nesta Casa, o projeto de lei complementar de minha autoria que revoga o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000, o maldito parágrafo colocado como submarino dentro dessa lei, que não tinha nada a ver com a lei, mas foi acrescentado a ela, e que proíbe que supermercado e *shopping center* do Distrito Federal tenham posto de gasolina. Eu apresentei o Projeto de Lei Complementar nº 1, que acabava com essa proibição, ele foi aprovado por 23 Deputados aqui no primeiro turno, mas, infelizmente, não logrei êxito para que fosse aprovado no segundo turno.

Portanto, ele passou pela Comissão de Constituição e Justiça, foi considerado constitucional e chegou ao Plenário. Tendo em vista que não foi aprovado, reapresentei o projeto dentro das normas, coberto pelo Regimento, pela Lei Orgânica e pela Constituição. O projeto ficou andando por aí, e hoje, de maneira sorrateira, o Sr. Deputado Aylton Gomes apresenta um parecer que não tem absolutamente nada a ver com o meu projeto e levou ao erro um Deputado e uma Deputada que, eu acredito, sejam de boa fé – que é o Deputado Robério Negreiros e a Deputada Eliana Pedrosa – porque não tem nada a ver com o meu projeto o parecer que eles votaram, que diz que o projeto não pode tramitar porque teria de ser de origem do Poder Executivo, o que é uma vergonha. Estou simplesmente revogando o §3º, que todo mundo sabe que é uma excrescência, que todo mundo já disse que é inconstitucional. Está no Supremo Tribunal Federal com parecer da Procuradoria Geral da República pela inconstitucionalidade, com a Advocacia Geral da União tendo entrado no passivo, dizendo também que é inconstitucional. E, hoje, o Sr. Deputado Aylton Gomes apresenta um parecer dizendo aos Deputados que estavam lá que é da lavra da assessoria legislativa desta Casa, quando afirmo desta tribuna que não é, porque é tão mal feito, é tão primário, é tão desconectado da realidade que eu duvido que algum assessor legislativo desta Casa tenha apostado sua assinatura numa porcaria dessas. Portanto, isso é uma vergonha.

Se quer legislar a favor do cartel, se está recebendo alguma coisa do cartel, que diga publicamente, mas que não venha com esse tipo de subterfúgio, com esse tipo de indecência. Isso é uma vergonha. Esta Casa deve se envergonhar disso, e eu vou apresentar um recurso ao Plenário, porque eu tenho a certeza de que aqui há Deputados, homens e mulheres de bem que não vão se deixar levar por uma aberração dessas.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu quero somente deixar aqui meu apoio a sua colocação, para que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	6

conseguimos, de uma vez por todas, colocar no Plenário para a votação esse processo, porque, no nosso entendimento, já passou da hora. Eu quero, mais uma vez, como diz o meu companheiro Deputado Dr. Michel, ombrear-me a V.Exa. nessa luta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Joe Valle, agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento. Vou recorrer ao Plenário e vou mostrar que esse parecer do Deputado Aylton Gomes não tem validade nenhuma, não tem importância, porque S.Exa. fala de uma coisa que não leu, que é o meu projeto. S.Exa. pediu para alguém escrever, e escreveram uma barbaridade, falaram de um assunto do qual não estou tratando no projeto, por isso é uma vergonha. É por essa e por outras que esta Casa é chamada Casa do Espanto; é por essa e por outras que esta Casa é chamada de Casa mal-assombrada, é por esse tipo de coisa. Isso é inaceitável.

Eu não posso me calar frente a uma aberração dessas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero aqui manifestar de público o nosso reconhecimento, a nossa moção de louvor ao Centro de Ensino Fundamental da Escola Classe 106 Norte, que foi, pelos critérios do IDEB, considerada a melhor escola pública de Ensino Fundamental do Distrito Federal, e eu, que, todos os dias, acordo com o barulho das crianças ao lado da minha casa, fico muito feliz que essa escola tenha obtido esse êxito.

Eu vou apresentar formalmente uma moção de louvor para ser aprovada por todos os Deputados desta Casa, porque é um mérito dos professores, das professoras e da comunidade escolar que essa escola tenha demonstrado o quanto é possível uma escola pública ter qualidade quando há o envolvimento de todos os que integram a comunidade educacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Arlete Sampaio, se V.Exa. permitir, eu gostaria de integrar essa moção porque, realmente, foi um ato de compromisso com a comunidade. Essa conquista foi um trabalho extraordinário dos professores.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Pois não, Deputado Wasny de Roure. Com certeza, não há problema algum em fazermos juntos. A moção já está pronta, mas vou pedir para refazê-la a fim de que nós possamos assiná-la.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	7

Em segundo lugar, quero dizer à Deputada Celina Leão que os Deputados da base aliada, em conversa com o Sr. Governador Agnelo Queiroz, fizeram um pedido explícito de que esse projeto de reestruturação das carreiras não prossiga sem um amplo debate e sem que atenda de maneira definitiva à maioria das corporações. O Governador atendeu a esse apelo, e o assunto está em processo de discussão. Não tem sentido convocar aqui os comandantes, porque não há um projeto acabado para ser encaminhado à Casa Legislativa. O que há é um estudo, um debate que está sendo feito ainda na base das corporações. No momento em que chegarem a um consenso, o projeto, então, virá até aqui e isso será informado aos Parlamentares.

Todas as ilações que se fazem, sobretudo neste momento eleitoral, são fruto justamente desse calor que as eleições ensejam, mas não quer dizer que haja um projeto pronto e acabado e que esse projeto tenha que ser mandado à Câmara, já que ele não existe, porque ainda está sendo debatido junto à base das corporações.

Seguindo, então, eu queria agora, como Líder do Governo, fazer um apelo, Sr. Presidente, a todos os Parlamentares que estão em seus gabinetes, para que nós possamos votar os projetos que eu vou pedir a V.Exa. que sejam colocados extraordinariamente na pauta. Já houve acordo para apreciação de alguns desses projetos pelo Colégio de Líderes. Eu vou ler aqui os que têm acordo.

Eu faço esse apelo, pois nós fizemos um esforço para que a CEOF se reunisse antes para dar parecer aos projetos, permitindo agilizar o processo de votação aqui na Casa. São os seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 1.980, de 2014;
- Projeto de Lei nº 1.986, de 2014;
- Projeto de Lei nº 1.997, de 2014;
- Projeto de Lei nº 1.998, de 2014;
- Projeto de Lei nº 1.999, de 2014;
- Projeto de Lei nº 2.010, de 2014;
- Projeto de Lei nº 2.011, de 2014;
- Projeto de Lei nº 2.014, de 2014.

Além desses, também ficou acordada a votação dos projetos:

- Projeto de Lei nº 1.971, de 2014;
- Projeto de Lei nº 1.989, de 2014;
- Projeto de Lei nº 2.005, de 2014.

Reitero o meu apelo a todos os colegas Parlamentares para votarmos esses projetos, para que possamos sair para fazer a campanha de maneira tranquila. A



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	8

maioria deles são créditos suplementares que precisam ser aprovados na data de hoje para permitir ao Executivo fazer pagamentos e assumir compromissos que são fundamentais para a sociedade.

Muito obrigada. Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio. Eu só peço a V.Exa. que confira os projetos com a Secretaria da Mesa. Os últimos projetos eu não detectei na lista que esta Presidência tem em mãos.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo sobre as palavras da Sra. Líder. O que eu entendi da justificativa da Deputada Celina Leão, quando S.Exa. falou em fazer a convocação dos comandantes-gerais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, não tem relação com o projeto que pode ser enviado ao Governo Federal. Na sua justificativa, S.Exa. dizia que nos cursos que estão acontecendo na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, os policiais estão tendo que assinar presença. No meu entendimento – e eu quero um esclarecimento da Mesa –, isso não tem nada a ver com o esclarecimento que a nobre Líder deu em relação ao projeto. Eu entendi errado, ou é uma coisa e a outra, ou é a mesma coisa? Eu queria um esclarecimento da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Olair Francisco, na hora em que tivermos acesso ao requerimento da nobre Deputada, teremos condições de nos pronunciar. Nós não temos neste momento o requerimento na mesa e por isso declinarei a resposta a V.Exa. mais tarde, quando o requerimento estiver aqui.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	9

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, aos meus pares, ao Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar toda a galeria. Para nós é um prazer imenso tê-los nesta Casa de leis.

Eu não poderia deixar de falar sobre algo que está acontecendo com o transporte escolar do Distrito Federal. Nós temos uma lei de nossa autoria, de que a Deputada Celina Leão é também autora, em que damos a isenção de IPVA para os transportes escolares. Porém existem algumas coisas que não dá para entender.

O transportador escolar hoje está passando por uma situação difícil, principalmente aquele que está nas empresas juridicamente contratadas pelo Distrito Federal para fazer o transporte para as escolas públicas. As empresas estão ganhando, Deputada Celina Leão, a isenção do IPVA, mas não estão pagando os seus empregados em conformidade com o que deveriam pagar. Nós temos rodoviários e monitores ganhando muito aquém daquilo que ganham os rodoviários do Distrito Federal. Nós precisamos pedir ao governo que faça uma intervenção e veja a situação dessas empresas que estão ganhando dinheiro, mas não estão repassando, ou seja, não estão pagando o condizente para seus empregados.

Eu estive visitando alguma dessas empresas, dentre elas a Travel Bus, que faz principalmente as linhas das escolas públicas de Sobradinho. Vimos empregados dessas empresas que ganham verdadeiras misérias. Pasmem vocês! Um condutor de veículo que carrega as crianças...

Deputado Prof. Israel Batista, V.Exa. é professor e também é afeto a essa área das crianças. Faz-se necessário atentarmos não só para a parte educativa, mas para a parte da condução também. Hoje, os condutores e os monitores ganham verdadeiramente uma miséria para transportar as crianças, e os donos desses ônibus têm até isenção do IPVA. Com essa isenção, vai mais dinheiro para o bolso deles, e eles que não querem pagar aos trabalhadores um valor condizente. Isso é um absurdo. É um absurdo o que estão fazendo! O tíquete-alimentação deles é inferior a todos os tíquetes-alimentação dos rodoviários. O deles, se não me engano, é de R\$13,00, enquanto o dos outros rodoviários é de R\$22,50.

Pasmem, Deputado Prof. Israel Batista e Deputado Chico Vigilante: o Governo Federal mandou 137 ônibus para o Distrito Federal. Esses ônibus hoje estão arrendados. Não sei que diabo que fizeram, se foi comodato... Eu sei que essa mesma empresa paga mais do que o próprio cara lá. Está um absurdo!

Eu queria pedir que o Deputado Chico Vigilante, que tem o telefone vermelho, fale com quem de direito fale com quem de direito, Secretário de Educação, para que se dê uma olhada nessa situação, pois não dá para ficar assim. Haverá uma paralisação geral desse povo, porque eles estão sendo mal tratados como empregados, eles estão ganhando verdadeiras misérias, e ainda querem que eles prestem um serviço de excelência, mas se esquecendo de que o Governo do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	10

Distrito Federal tem de intervir. Hoje, esses homens e mulheres, que são monitores ou monitoras, carregam o que temos de mais precioso em nossas vidas: os nossos filhos. Não podemos fazer essa diferenciação entre empresas do mesmo ramo, entre os rodoviários. Isso é um absurdo, como já dizia Boris Casoy. Só no Distrito Federal eu vejo uma coisa como esta: em plena Capital da República, trabalhadores que prestam o mesmo serviço, com a mesma dignidade, para a mesma população, digamos assim, estudantes de escolas públicas, estão ganhando quase 60 a 70% a menos; no vale-refeição é 50% a menos, já é comprovado. Isso é um absurdo. Então, eu venho, hoje, pedir que o GDF faça a intervenção. Se a transportadora que ganhou a licitação colocou um preço menor para ganhá-la e, agora, não dá conta de pagar seus empregados, que ela entregue. Porém, fazer aqui trabalho escravo, não. Temos a obrigação, como Parlamentares e representantes do povo, de olharmos por isso. Agradeço, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Não é que eu não deixei o Deputado falar, ele nem pediu. Então, eu entendi que S.Exa. tinha encerrado. Naturalmente, a Presidência procura ser condescendente, mas tem pedido para que os Deputados observem o Regimento. Esta Presidência tem sido bastante condescendente com relação aos pronunciamentos dos Senhores Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria, primeiro, de cumprimentar os metroviários que se fazem presentes aqui na galeria. Faço um apelo à comissão que está analisando a proposta de emenda à Lei Orgânica desses homens e mulheres que fazem a segurança do Metrô. Temos falado sobre isso toda semana aqui na Câmara. A precariedade das condições de trabalho desse pessoal dentro do Metrô é muito séria, Sr. Presidente. Eles têm pedido agilidade. Temos, muitas vezes, tanta complacência com o Governo, a fim de agilizar os processos do Executivo. Então, mais uma vez, Sr. Presidente, faço aqui um pedido, em nome dos agentes de segurança da Polícia Metroviária que se fazem aqui representar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	11

O caso deles é por uma condição digna de trabalho. Eles não estão aqui por aumento de salário ou pedindo o que não é de direito. Há uma lei federal, não regulamentada, que trata disso. Esses homens e mulheres trabalham sem a mínima condição de trabalho, Sr. Presidente. Eu já venho falando sobre isso. Se houver um problema grave no Metrô, como qualquer tipo de acidente de risco, nem condição para atender esse grupo, esses agentes públicos, tem. Então, eu queria pedir, já que estamos com essa proposta na Comissão de Constituição e Justiça, para agilizar a votação dessa proposta para podermos realmente dar o exemplo nesta Casa, a fim de podermos dar melhores condições de trabalho a esses homens e mulheres que estão aqui dignamente lutando pelos seus direitos. Está bom, pessoal? Muito obrigada.

Sr. Presidente, eu queria falar um pouco, porque acho que também é importante, a respeito da questão do escândalo que a *Rede Globo* mostrou sobre o caso do DFTrans. A Deputada Eliana Pedrosa trabalhou duramente, junto com o Deputado Joe Valle, na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, e eu, desta tribuna, falei várias vezes sobre a questão da bilhetagem, Deputado Joe Valle. Eu trouxe essa denúncia ainda no ano passado. Quem faz a bilhetagem não pode fazer o controle das empresas de ônibus e ser proprietário das empresas de ônibus. Você não pode ter uma dupla função, você não pode se autofiscalizar. E o Tribunal de Contas dizia isso no passado. É claro que nós vamos ter um desvio altíssimo, foi apurado, de, no mínimo, 30 milhões. Ora, é algo muito pesado. A Deputada Eliana Pedrosa participou, junto com o Deputado Joe Valle, desse relatório que foi encaminhado inclusive ao Ministério Público do Distrito Federal. E eu falava dessa tribuna: com certeza, Deputado Joe Valle, há muitos erros na bilhetagem. O Tribunal de Contas alertava que a empresa do Nenê Constantino não pode fazer a bilhetagem e o tráfego de passageiros. Não há como você cumprir os dois papéis ao mesmo tempo.

Eu tenho falado, Deputado Prof. Israel Batista, sobre o caos do transporte público desde o começo, Deputado Wasny de Roure, e eu tenho feito panfletagem em vários lugares, e as pessoas estão nas paradas de ônibus reclamando do caos em que está o transporte público, da corrupção, da falta de ônibus, de um BRTurbo que não funciona, porque as pessoas pegavam dois ônibus para trabalhar, agora, pegam seis: três para ir e três para voltar. Foram desativadas 18 linhas dentro do Gama. O BRTurbo tem que ser um complemento e não a única opção de tráfego que o passageiro tem. Mais uma vez, o transporte público está um caos.

E, para piorar a situação, Sr. Presidente, os funcionários da Pioneira pararam por falta de pagamento. Como é que uma empresa que acabou de ganhar uma licitação, que mostrou, segundo os papéis, que tem capacidade financeira para pagar os servidores não cumpre os acordos trabalhistas? Estão parados por falta de pagamento, Deputado Prof. Israel Batista. Ontem, quem tinha que voltar para casa e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	12

tinha que pegar as linhas da viação Pioneira ficou na rodoviária. Eu acho que precisamos parar para fazer uma reflexão sobre a questão do transporte público. Eu venho falando nisso há dois anos. Uma licitação que piora o transporte, que diminui o número de linhas, que tem denúncia de corrupção, que tem o DFTrans fazendo bilhetagem e, ao mesmo tempo, fazendo o transporte de passageiros e que diminuiu a frota... Eu acho que esta Casa tem que tomar uma providência. Eu ainda estou disposta a, se V.Exas. quiserem, fazer a CPI dos Transportes.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho assistido, quando posso, porque sempre estou na rua, aos chamados programas eleitorais no horário da televisão. E tenho visto, Deputada Eliana Pedrosa, que, no Distrito Federal, acontece um verdadeiro milagre pelas propagandas que aparecem nas televisões. Eu tenho visto administrador, que é candidato, que aparece na televisão e, pelo tanto de coisa que ele apresenta que fez, acho que ele era Presidente da República. Não era administrador da cidade. Sabemos que as administrações não têm autonomia nenhuma. Sabemos que os administradores vivem na maior dificuldade, mas aparecem determinados candidatos que foram administradores recentemente e dizem que tudo o que aconteceu na cidade foram eles que fizeram. O governador não fez nada. Ele fez tudo. Portanto, aqueles que estão dizendo que as administrações precisam de autonomia, acho que eles estão dizendo bobagem, porque aparecem determinados ex-secretários, que agora são candidatos a governador, dizendo que fizeram 2.300 obras. Eu pergunto: onde estava o Agnelo Queiroz e o vice-governador quando o secretário fez 2.300 obras? Ele deveria pelo menos ter uma cara de pau menor e dizer: "Olha, eu fiz junto com o Governador Agnelo e com o Vice Tadeu Filippelli." Mas ele aparece dizendo que foi ele que fez 2.300 obras.

A cada dia fica mais difícil enfrentar uma disputa eleitoral com mentiras. Porque é mentira de ponta a ponta, é muita gente falando de coisa que não vai conseguir fazer, é muita gente invadindo competência que é do Poder Legislativo, do Poder Judiciário ou do Poder Executivo. Há muito candidato a deputado distrital falando de coisa que só o Senado Federal pode fazer; outros estão falando de coisa que só um deputado federal pode fazer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	13

Portanto, eu acho que nas próximas eleições seria bom se houvesse um critério. Primeira coisa para ser candidato: passar por um teste para ver se seria aprovado numa prova, dizendo qual é o papel de um deputado distrital. A mesma coisa vale para candidato a deputado federal e senadores da República. Há um candidato a senador que diz que trouxe 24 bilhões de reais para o Distrito Federal. Se é assim, não é preciso governador, basta eleger um senador.

O cidadão não diz a dificuldade que foi para o governador Agnelo tirar o Distrito Federal da situação de caos em que estava: tinha duzentas ações no Cadin. Fez os convênios com o governo federal e teve a Presidenta Dilma, que é uma amiga do Distrito Federal, no sentido de liberar os recursos.

É muito interessante o que está sendo colocado. É uma coisa muito feia, e os eleitores devem ter bastante cuidado com relação a isso. Os eleitores precisam atentar para esta realidade, que é a invasão de competência. Tem gente que fica dizendo que fez o que não fez, e tem gente dizendo que vai fazer o que não pode fazer. É importantíssimo que isso seja verificado e o eleitor tenha o discernimento correto, para que o jogo fique direito, para que o jogo não fique enviesado.

Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, boa tarde a todos. Cumprimento os servidores que vieram a esta Casa acompanhar o debate na tarde de hoje. Registro a presença dos metroviários, que estão na expectativa de ver a PELO nº 71 ser aprovada na Comissão Especial. Registro também a presença das lideranças, pequenos empresários e trabalhadores de academia, que vieram acompanhar o debate do PL nº 1.795.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, como Presidente desta Casa, quero registrar aqui, enfim, a publicação do edital de licitação da televisão da Câmara Legislativa. É um momento auspicioso para todos nós, demorou aproximadamente 10 meses a construção desse edital. Estivemos no Tribunal de Contas, no Ministério Público, e procuramos construir com várias participações. Estivemos na RBS e também com vários grupos que trabalham nesse segmento, tentando construir uma proposta que viabilizasse a própria instituição. Considero fundamental que a Câmara tenha um instrumento de interlocução com a sociedade civil e possa dialogar com maior intensidade.

Quero ainda registrar na tarde de hoje uma preocupação muito grande que temos com o Distrito Federal, neste momento bastante turbulento da vida pública da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	14

cidade. Aos parlamentares que estão nesse processo de renovar seus mandatos e ir para a Câmara Federal, ou até mesmo não continuar a vida pública, com seu trabalho, esta Casa tem se constituído numa referência para a sociedade. Deputado Prof. Israel Batista, é impressionante como cresceu o número de cidadãos desta cidade que pleiteiam chegar à Câmara Legislativa, e isso deve ser para nós motivo de enorme orgulho e de enorme responsabilidade.

Ao mesmo tempo, preocupa-me a intensidade da nossa participação diante dos problemas da cidade, a importância de os deputados conhecerem os mais diferentes problemas que atingem nossa população. É algo bastante relevante perceber como a população quer conhecer a magnitude dos seus representantes e a capacidade deles de internalizar o problema de cada uma das nossas localidades.

Se abrirmos aqui o debate sobre a área do Porto Rico – o Deputado Chico Vigilante tem trabalhado bastante naquela área –, se abrirmos o debate sobre a Vila Cauhy, sobre o 26 de Setembro, ou até mesmo sobre o Pôr do Sol ou o Sol Nascente, são matérias extremamente densas. É difícil entender a complexidade e a demora dos benefícios públicos para chegarem próximos da nossa população.

Eu quero felicitar todos aqueles que estão dialogando com a população, apresentando-se como possíveis deputados e, conseqüentemente, candidatos que possam lograr êxito. Estão aprendendo e conhecendo a cidade com maior intimidade, com maior denodo. Cumprimento todos aqueles que, neste momento, estão granjeando, estão lutando para chegar à Câmara Legislativa e se tornar um dos representantes da nossa população.

Essa é uma mensagem que, enquanto Presidente, eu gostaria de deixar a todos que neste momento estão lutando para chegar aqui, seja como representante da sua cidade, seja como representante da sua categoria, seja como representante do seu partido.

Nós, naturalmente, percebemos este momento de festa da democracia. Hoje a política encontra-se num dos momentos mais difíceis, porque a população está bastante refratária, desconfiada dos candidatos, mas é também, ao mesmo tempo, o momento mais enriquecedor: o de conhecer as candidaturas. Quando se gasta um tempo vendo as apresentações na televisão, isso pode parecer cômico, mas é extremamente democrático saber, pessoa a pessoa, candidato a candidato, que eles se propõem a fazer a defesa e a se debruçar nos problemas da nossa cidade.

Portanto, meus colegas que estão lutando pela reeleição ou estão buscando um mandato de deputado federal, contem com nossa maior simpatia e reconhecimento dessa luta que é extremamente dura, difícil, mas com certeza é a nossa democracia.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	15

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parabeno V.Exa. Eu sou uma das Deputadas que têm cobrado a TV Distrital, a TV Câmara, quase todos os meses aqui neste plenário. Eu acho que a população do Distrito Federal não acompanha os seus representantes. Então, eu quero parabenizar V.Exa.

Sabe-se que há um trâmite burocrático para isso acontecer, mas se V.Exa. sair da Presidência com essa TV Câmara instalada, sairá coroadado, e eu tenho brigado por isso. É muito triste quando a gente chega às cidades e as pessoas falam: “Eu não sei o que vocês fizeram na Câmara”. É ruim. Elas não sabem porque não têm como acompanhar.

Então, parabeno V.Exa. Também aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para saber se há prazo para a instalação. Já existe um prazo para ela iniciar?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, são 45 dias. Entretanto, recursos judiciais podem ocorrer. Nossa expectativa diante do edital, daquilo que nós acompanhamos que o Supremo Tribunal fez com a TV Justiça, é a de que não venhamos a ter problema.

No entanto, não é descartado algum recurso de natureza judicial. Teremos que cumprir toda a liturgia do processo para que possamos sair com uma proposta bastante robusta, reconhecida e respeitada. Mas, Deputada Celina Leão, eu estou bastante esperançoso.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar da licitação da *TV Câmara*. Ela é fundamental, Sr. Presidente, porque, quando saímos aqui da Câmara, saímos aqui do nosso trabalho, vamos para o dia-a-dia, as pessoas pensam que nem os Deputados nem os trabalhadores da Câmara trabalham.

Todos os dias em que há sessão - vamos falar só das sessões -, não há um dia em que este plenário não esteja lotado de categorias atrás de que seus direitos sejam reconhecidos. Está aqui a PELO nº 71, que aqueles trabalhadores entendem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	16

que nós precisamos aprovar, resolver essa questão. Ali há um segmento de trabalhadores, e há vários outros.

Então, Deputado Joe Valle, a *TV Câmara* vai nos levar para dentro da casa do cidadão, vai mostrar o trabalho do Parlamentar, o trabalho desse poder e vai favorecer, fortalecer esse Poder Legislativo. Se não houver esse Poder Legislativo aqui no Distrito Federal... Há muita gente que trabalha contra esse poder. Ainda bem que todos os direitos da Capital são garantidos. Em 1986, nós tivemos esse direito.

Sr. Presidente, V.Exa., junto com a Mesa Diretora, está de parabéns. Talvez, nem possamos alcançar a inauguração da *TV Câmara* ainda nesse mandato, mas ela vai ser fundamental para o futuro desta Casa e dos trabalhadores. Parabéns a V.Exa. e a toda a Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Olair Francisco.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos que estão aqui no plenário.

Sr. Presidente, eu prestei atenção em todas as falas. V.Exa. fez uma fala extremamente interessante no sentido de que muitos candidatos se apresentam e que nós precisamos, efetivamente, conhecer o Distrito Federal para que possamos atuar e transformar. Esse é um poder importante, que legisla, faz as leis, fiscaliza e representa.

Nesse sentido, nós temos feito audiências públicas e, mais recentemente, montamos uma audiência pública para debater o transporte na área rural, que, realmente, apresenta-se caótico e vem piorando. Tenho certeza de que, com a participação de todas as pessoas que vieram a esta Casa para debater o transporte na área rural, há uma boa vontade de todos para que se resolva, mas, infelizmente, só boa vontade não resolve o problema.

Nós vimos que, nessa última semana, o tema mobilidade urbana foi amplamente debatido durante a Semana Nacional de Trânsito. Veja que o trânsito mata muito e custa muito caro para a nossa capital. Além disso, ontem, segunda-feira, comemoramos o Dia Mundial sem Carro, para estimular a reflexão sobre o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas nas cidades, destacando, sobretudo, a importância de utilizarmos outros meios de transporte durante a locomoção em nosso dia-a-dia, como o ônibus, o metrô e também as bicicletas. Tema esse que nós temos debatido amplamente aqui nesta Casa.

Mesmo com a ampla divulgação em todas as mídias possíveis, o Dia Mundial sem Carro, em Brasília, foi marcado por trânsito intenso e grandes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	17

congestionamentos. Poucas pessoas se arriscaram a deixar os carros nas garagens e utilizar o nosso sistema de transporte público. Eu, naturalmente, não acredito que isso tenha acontecido por comodidade dos cidadãos, mas é importante que reflitamos por que isso vem acontecendo. Porque, mesmo após uma grande licitação – questionável, mas era importante fazer –, a forma não tem sido entregue completamente à população, a população não se sente capaz de receber o que está sendo entregue a partir dessa licitação.

O que nós vemos é um órgão que deveria monitorar e fiscalizar o transporte público coletivo totalmente sucateado por seguidas gestões que tinham como objetivo somente o aparelhamento político da máquina.

Nós fizemos um trabalho aqui na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – cujo relatório foi feito pela Deputada Eliana Pedrosa e foi presidido por mim – que resultou numa demanda ao Ministério Público e deixou claro que os gestores não estavam comprometidos naquele momento com o serviço a ser prestado para a população. Então, nós precisamos mudar.

Retiraram do DFTrans todas as suas ferramentas de planejamento, gestão, controle e fiscalização. Engessaram a estrutura da instituição, transformando-a em um mero cabide de empregos. Atualmente mais de 70% dos cargos em comissão são ocupados por pessoas estranhas ao transporte público, indicados por apadrinhados políticos. Menos de 20% dos cargos são de servidores da Carreira Atividades em Transportes Urbanos. Isso é um desastre para qualquer instituição técnica, um completo desastre!

Esta Casa tem um papel importante nessa mudança, tem um papel extremamente importante na democracia representativa, na qual os partidos conquistam seus espaços. Eles indicam as pessoas, mas precisamos ter critério nessa indicação. Não podemos mais fazer um trabalho de colocar em órgãos públicos importantes, como o DFTrans, pessoas descompromissadas, descomprometidas e sem nenhum tipo de conhecimento. Sobre isso, estou encaminhando um requerimento de informações da Comissão de Fiscalização desta Casa para o DFTrans.

Recentemente, fruto do nosso trabalho na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Casa, foi descoberto um rombo milionário no DFTrans, mais de 30 milhões, que poderiam ser utilizados para ações de planejamento, gestão e fiscalização do transporte público. Mas esse prejuízo não foi o único que transformou o transporte público coletivo do Distrito Federal em um dos mais caros e piores de todo o Brasil.

Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo. O Decreto nº 35.253, de 20 de março de 2014, engessou completamente o DFTrans. Em função dessa audiência pública, de estar prestando atenção e me aprofundando no conhecimento para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	18

resolver e ajudar a resolver a questão do transporte rural, nós temos visto realmente que não tem como melhorar o transporte público no Distrito Federal com uma instituição daquela forma. Realmente não tem jeito. Quem conhece gestão pública sabe que o que foi feito realmente foi um desmonte, um engessamento e, com 70% de cargos comissionados e de livre provimento... Esse decreto não somente criou uma Subsecretaria de Fiscalização junto à Secretaria de Transporte, mas também extinguiu a única diretoria do DFTrans que era responsável pelo monitoramento e fiscalização do transporte público: extinguiu a Diretoria Operacional do DFTrans. Então, ficou desconectado. Há uma desconexão do processo, realmente dificultando demais. Esse mesmo decreto também retirou do DFTrans a competência de fiscalizar, transferindo essa competência para a Secretaria de Estado de Transporte, com função a ser exercida exclusivamente pela Carreira Fiscalização em Atividades Urbanas – Auditores Fiscais da Agefis.

Como é possível imaginar um transporte público coletivo de qualidade, digno e eficiente se atualmente o DFTrans, esse órgão gestor do transporte, não tem sequer competência para fiscalizar?

Eu estou falando isso porque, em função dessa minha entrada para discutir o transporte da área rural, nós descobrimos que essa questão, mesmo com a vontade do Governo de fazer funcionar, não vai funcionar, porque não tem estrutura suficiente para que isso aconteça. E nós sabemos como está funcionando, porque se compraram ônibus novos, as linhas estão colocadas, mas a população não está recebendo o serviço. Isso é claro quando nós percebemos tudo isso.

Além de tudo, é realmente necessário, a despeito de tudo que tem acontecido nos últimos anos no complexo sistema de transporte público da nossa cidade, tomar medidas enérgicas para retomar uma gestão que priorize o cidadão, o trabalhador, os homens e mulheres que dependem do ônibus para ir para o trabalho, para o lazer, para os hospitais.

Eu elenquei uma série de medidas, que vou dar como sugestão e quero colocá-las primeiramente aqui na Casa.

A primeira delas é uma revisão institucional dos órgãos que compõem o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, com atribuições bem definidas em seus respectivos regimentos internos, sem essa questão partidária. Eu acho que essa questão do transporte chegou a um limite. Mesmo com todos os investimentos que têm sido feitos, se nós não trabalharmos a organização institucional, nada vai resolver.

Eu vou pedir, então, que este meu discurso seja incorporado ao processo, para que possamos depois colocá-lo em tramitação e os requerimentos possam ser feitos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	19

Para encerrar, Sr. Presidente, peço permissão para que o nosso grupo de mobilidade, que conseguiu uma doação de dois paraciclos, dois estacionamentos compactos para bicicletas, possa instalá-los aqui na garagem imediatamente. Estão prontos e são bem modernos. Peço que o grupo que se mobilizou para isso e que está pagando o processo tenha condições de instalá-los amanhã.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Naturalmente, como Presidente da Casa, vou acolher a proposta de V.Exa., mas tenho que submeter a questão à equipe que acompanha o processo de gestão da instituição, do ponto de vista físico, e à parte normativa da Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria apenas fazer um adendo à fala do Deputado Chico Vigilante, em relação ao projeto de autoria de S.Exa. que foi votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça.

Presidi a Comissão de Constituição e Justiça e acatei o pedido do Relator, no sentido de colocar o projeto em pauta. Como era um tema que já havia sido abordado neste plenário, houve apenas uma alteração. O meu entendimento em si não era nem a questão do relatório, mas é que precisaríamos de treze assinaturas para se fazer um novo projeto, de tema igual, senão seria gerada uma insegurança aqui na Casa. Nós, Parlamentares, temos um projeto que por ventura não seja aprovado... A gente muda alguma coisa e reapresenta na mesma legislatura.

O meu entendimento foi esse, e eu o coloquei como razão do voto. Como Presidente e integrante da comissão, acabei tendo o mesmo entendimento que tive em plenário, mas a intenção de colocá-lo em pauta não foi da Presidência e, sim, do Relator.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	20

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas pedir a V.Exa. que coloque em votação a moção que trata da Carreira Socioeducativa, em razão da morte do servidor Igor, de 27 anos, ocorrido há uma semana, e da situação de vulnerabilidade em que se encontram aqueles servidores.

Peço a V.Exa. que nos ajude nesse processo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de nºs 01 a 10, relativos aos vetos da Ordem do Dia, para votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapauta.

Começaremos pelos itens extrapauta e, sem seguida, votaremos as moções e requerimentos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, creio que ainda não temos *quorum* para iniciarmos as votações.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Item Extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.846,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis reais)”.

A tramitação está concluída. Há uma emenda.

Na ausência do Deputado Dr. Michel e do Deputado Rôney Nemer, a Presidência designa a Deputada Arlete Sampaio para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	21

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.846,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis reais)”.

Sr. Presidente, a emenda trata apenas de um remanejamento de recursos do Parlamentar. Somos favoráveis ao acatamento da referida emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não há *quorum* para deliberação. Estão presentes 12 Deputados até o momento.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Deputado Olair Francisco pediu para saber o teor do requerimento. Posso ler, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Claro, Deputada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Olair Francisco, em relação à pergunta de V.Exa., sobre o teor dos dois requerimentos, vou ler os pedidos:

“1 – convocação do Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, Sr. Anderson Carlos de Castro Moura, para prestar esclarecimentos sobre os possíveis atos de coação sofridos por militares desta instituição, quando da formatura de explanação da minuta do Plano de Carreira da Polícia Militar;

2 – tópicos relacionados à minuta do Plano de Carreira dos membros da Polícia Militar do DF;

3 – finalidade das filmagens ocorridas durante as formaturas de explanação da minuta do Plano de carreira da Polícia Militar;

4 – esclarecimentos sobre os debates realizados para adequação do texto da minuta do Plano de Carreira, a efetiva participação dos membros de toda corporação, os pontos de consenso ou divergência e as modificações substanciais ocorridas após o debate com a categoria.”

Esse, Sr. Presidente, é o requerimento ao Comandante-Geral da PM.

O segundo, Deputado Olair Francisco, é o requerimento ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros. Temos quatro tópicos também.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	22

1 – possíveis atos de coação sofridos por militares dessa instituição, quando da formatura de explanação de minuta do Corpo de Bombeiros;

2 – Tópicos relacionados à minuta do plano de carreira dos membros do Corpo de Bombeiros;

3 – Filmagens ocorridas durante a formatura de explanação da minuta do plano de carreira;

4 – Possíveis coações e maus-tratos realizados durante o plano de capacitação e esclarecimentos sobre os debates já realizados para adequação do texto da minuta do plano de carreira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o *quorum* está se completando porque o Deputado Agaciel Maia já está aqui e a Deputada Arlete Sampaio foi ali, mas já está voltando, até porque ela é Líder do governo e não pode sair.

Enquanto isso, para que não tenhamos que suspender a sessão, eu estou pedindo essa questão de ordem para falar sobre um assunto distante da gente, mas do meu ponto de vista muito próximo.

Eu fico imaginando se o PT tivesse administrado o Estado de São Paulo durante 20 anos e estivesse na situação que está aquele estado tão grande, tão pujante, tão importante para a economia nacional. Inclusive o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, está tendo que mandar cavar poços para que as creches não parem. Isso demonstra, efetivamente, a incompetência dos tucanos. A maneira tucana de governar o País.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Questão de ordem, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – A questão de ordem era para completar o *quorum*, que já se completou.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

O parecer da CEOF à emenda ao Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, já foi apresentado.

Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	23

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se.

(Intervenção fora do microfone.)

Srs. Deputados, a Presidência só poderá contabilizar a presença dos Parlamentares que estão em Plenário. O Deputado está presente ou não em plenário? (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.986, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$139.918.879,00 (cento e trinta e nove milhões, novecentos e dezoito mil, oitocentos e setenta e nove reais)”.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 abstenção.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.997, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	24

Distrito Federal no valor de R\$685.465,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais)”.  
Tramitação concluída.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.998, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Plano Plurianual do Distrito Federal - PPA 2012/2015, aprovado pela Lei nº 4.742, de 29 de dezembro de 2011”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.999, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$1.757.230,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e sete mil, duzentos e trinta reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	25

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.010, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 abstenção.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.011, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$29.305.399,00 (vinte e nove milhões, trezentos e cinco mil, trezentos e noventa e nove reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 abstenção.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 8:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.014, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$27.044.532,00 (vinte e sete milhões, quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e dois reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	26

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 abstenção.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 9:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.989, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.276, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre oferta pública para liquidação antecipada dos contratos de financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – FUNDEFE e para a cessão dos respectivos créditos e, dá outras providências”.

Aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. As demais comissões deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda.

A Presidência designa o Deputado Prof. Israel Batista para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel Batista, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel Batista, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.989, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.276, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre oferta pública para liquidação antecipada dos contratos de financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – FUNDEFE e para a cessão dos respectivos créditos e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação do projeto com a Emenda nº 01, de Redação, de Plenário, de autoria da Liderança de Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	27

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Na ausência do Relator, Deputado Robério Negreiros, a Presidência designa o Deputado Aylton Gomes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.989, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.276, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre oferta pública para liquidação antecipada dos contratos de financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – FUNDEFE e para a cessão dos respectivos créditos e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto e aprovação da Emenda nº 01, de Redação, de Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Aylton Gomes.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 10:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	28

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.005, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Distrito Federal a transferir imóveis de sua propriedade ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal – FGP-DF e dá outras providências”.

As comissões deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Até que o Deputado Cristiano Araújo se posicione, consulto os Líderes sobre se podemos passar ao próximo item da Ordem do Dia. (Pausa.)

Item extrapauta nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.971, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”.

A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Eliana Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.971, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”.

O projeto preenche todos os requisitos de constitucionalidade e, portanto, pode ser aprovado no âmbito desta Comissão, mas o mais importante é que o projeto também é altamente meritório porque faz acrescentar que receberá também multa aquele transportador que fizer o transporte da mercadoria acompanhada de documento fiscal inidôneo. Então, é muito importante para que nós possamos fechar mais essa porta de evasão de divisas no Distrito Federal.

O Governo do Distrito Federal está de parabéns pela produção desse projeto.

No âmbito desta Comissão, nosso parecer é favorável à aprovação da matéria, pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	29

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.971, de 2014. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 12:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2014, da Deputada Arlete Sampaio, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao médico Geniberto Paiva Campos".

A proposição não foi apreciada pelas comissões, que deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2014, da Deputada Arlete Sampaio, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao médico Geniberto Paiva Campos".

O parecer é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	30

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2014, da Deputada Arlete Sampaio, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao médico Geniberto Paiva Campos”.

A matéria é de competência da Comissão de Constituição e Justiça no tocante às prerrogativas descritas no Regimento Interno da Casa, bem como na Lei Orgânica. Nós entendemos que o projeto de decreto legislativo atendeu a todos os requisitos para a sua admissibilidade. Portanto, é nesse sentido que oferecemos o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Essa matéria precisa ter votação nominal. Seguiremos para o próximo item e votaremos em bloco.

Item extrapauta nº 13:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2014, da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Arnaldo Camanho de Assis.”

A proposição ainda não foi apreciada na comissão de mérito.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2014, da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Arnaldo Camanho de Assis”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos favoráveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	31

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2014, da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Arnaldo Camanho de Assis.”

Dentro das atribuições da Comissão de Constituição e Justiça, entendemos que o projeto de decreto legislativo atendeu todos os requisitos. Portanto, o nosso posicionamento é pela admissibilidade do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Eu quero, antes de colocar em votação, alertar os Srs. Deputados, a Deputada Arlete Sampaio e a Deputada Eliana Pedrosa, que a atual legislação que dispõe sobre os títulos de Cidadão Honorário, originária de decreto de resolução, no seu art. 7º, prevê que em período eleitoral esta Casa não pode apreciar e deliberar sobre título de cidadão honorário. Comprometo-me com as Deputadas que, após encerrarmos o processo eleitoral, retornaremos ao plenário para votar as proponentes das duas nobres Deputadas.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queria saber se nesses requerimentos que vamos votar estão as duas convocações dos comandantes-gerais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, eu não recebi nenhuma solicitação de inclusão na Ordem do Dia. Foram lidos por V.Exa. os referidos requerimentos, mas não foi pedido para incluí-los na Ordem do Dia.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Então, eu queria fazer um apelo a V.Exa., Sr. Presidente, para que possamos incluir os dois requerimentos na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Vou analisar a solicitação de V.Exa.

Voltando ao item nº 10, solicito ao Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. Este é o último item da Ordem do Dia.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, designo o Deputado Cláudio Abrantes. É o projeto que trata sobre a doação dos terrenos para o fundo das Parcerias Público-Privadas, para equacionar as PPPs do Distrito Federal

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	33



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



PARECER Nº /2014

DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, sobre o PROJETO DE LEI Nº 2.005, de 2014, que *autoriza o Distrito Federal a transferir imóveis de sua propriedade ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal – FGP-DF e dá outras providências.*

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado <sup>CRISTIANO NEVES</sup> ~~CRISTIANO ARAÚJO~~

**I – RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação desta Comissão de Assuntos Fundiários o Projeto de Lei nº 2.005, de 2014, de autoria do Poder Executivo, encaminhado por meio da Mensagem nº 245/2014-GAG.

A proposição pretende autorizar o Distrito Federal a transferir imóveis de sua propriedade ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal – FGP-DF, nas seguintes localidades:

I – Setor M/Norte, Quadra 28, Lote C, Ceilândia, matrícula nº 063802-1;

II – Setor R/Norte, Quadra 04, Área Especial 25, Ceilândia, matrícula nº 522297-4;

III – Setor N/Norte, Quadra 27, Área Especial D, Ceilândia, matrícula nº 197974-7;

IV – Setor L/Norte, Área Especial 03, Taguatinga, matrícula nº 169403-0.

Seguem cláusulas de vigência e de revogação.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o Relatório.

**II – VOTO DO RELATOR**

Nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Fundiários analisar e emitir parecer de mérito sobre matérias que tratem de aquisição, administração, utilização, desafetação, afetação, alienação, arrendamento e cessão de bens públicos.

A transferência dos imóveis de propriedade do Distrito Federal ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal – FGP-DF é necessária para garantia das obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	34



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



contratos de parcerias público-privadas, nos termos da Lei nº 3.792, de 2006, de modo a viabilizar importantes empreendimentos governamentais.

Acompanham a proposição as fichas cadastrais e os laudos de avaliação dos imóveis. O imóvel localizado no Setor M/Norte, Quadra 28, Lote C, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, apresenta área de 50.000,000 m<sup>2</sup> e está avaliado em R\$ 36.281.000,00. O imóvel situado no Setor R/Norte, Quadra 04, Área Especial 25, na RA IX, possui 49.336,750 m<sup>2</sup> e está avaliado em R\$ 14.858.000,00.

A Área Especial D da Quadra 27, no Setor N/Norte da RA IX, apresenta área de 79.688,089 m<sup>2</sup> e está avaliada em R\$ 90.000.000,00. A Área Especial 03 do Setor L/Norte, na Região Administrativa de Taguatinga – RA III, possui 19.615,137 m<sup>2</sup> e está avaliada em R\$ 42.600.000,00.

Diante do exposto, manifestamos voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.005, de 2014, no âmbito desta Comissão de Assuntos Fundiários.

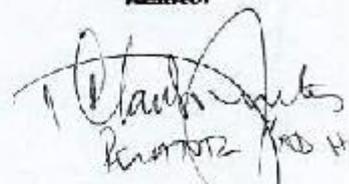
Sala das Comissões, de de 2014.

Deputado

Presidente

Deputado

CRISTIANO ARAÚJO

  
"CRISTIANO ARAÚJO"  
DEPUTADO CLAUDIO ABLANTER



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	35

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve uma abstenção.

Solicito à Relatora, Deputada Eliana Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº /2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 2.005, de 2014, que "autoriza o Distrito Federal a transferir imóveis de sua propriedade ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal - FGP-DF e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo

Relatora: Deputada ELIANA PEDROSA

**I - RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 2.005, de 2014, apresentado pelo Governador do Distrito Federal por meio da Mensagem nº 245/2014-GAG.

O art. 1º do Projeto de Lei ora relatado autoriza o Distrito Federal a transferir quatro imóveis de sua propriedade ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal - FGP-DF, em Ceilândia e Taguatinga.

Seguem cláusulas de vigência e revogação.

A Proposição foi instruída com as fichas cadastrais dos imóveis e documentos complementares.

No âmbito desta Comissão Parlamentar, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

**II - VOTO DO RELATOR**

O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 63, inciso I, atribui a esta Comissão de Constituição e Justiça a competência para examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, proferindo parecer de caráter terminativo quanto aos três primeiros aspectos, de acordo com o art. 63, § 1.º, do mesmo Código.

Em vista disso, quanto à admissibilidade do PL 2.005, de 2014, restam atendidos os artigos 71 e 100, VI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	37



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

prerrogativa do Governador do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias.

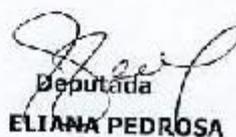
Quanto à aderência constitucional da matéria, a transferência dos imóveis ao FGP-DF é ato de administração de bens do Distrito Federal pelo Poder Executivo, amparado no art. 52 de nossa Lei Orgânica. Verifica-se que foi realizada a avaliação dos bens pela Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, pelo que estão cumpridos os requisitos da autorização legislativa para a prestação de garantia com bens imóveis do Distrito Federal exigida no art. 49 da LODF.

Ante o exposto, nosso voto, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, é pela **ADMISSIBILIDADE** e **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2.005, de 2014, na forma de uma emenda aditiva de relatora anexa.

Sala das Comissões,

Deputado

Presidente

  
Deputada  
**ELIANA PEDROSA**  
Relatora



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EMENDA ADITIVA DE RELATORA Nº

Ao Projeto de Lei nº 2005/2014, que "autoriza o Distrito Federal a transferir imóveis de sua propriedade ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-privadas do Distrito Federal – FGP/DF e dá outras providências".

Adite-se ao art. 1º do Projeto de Lei em referência o seguinte parágrafo único:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. Havendo necessidade do uso de recursos do fundo garantidor para obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contratos de parcerias público-privadas, os referidos imóveis deverão ser licitados, não se admitindo a transferência de qualquer um deles diretamente a terceiros".

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa tornar as relações público-privadas mais transparentes.

Sala das Sessões,

Deputada ELIANA PEDROSA

Relatora



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	39

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

O projeto retorna à Comissão de Assuntos Fundiários; portanto, solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a emenda apresentada ao projeto. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a emenda apresentada ao projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a emenda apresentada ao projeto.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à emenda aditiva feita pela Relatora Deputada Eliana Pedrosa, no âmbito da CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei nº 2.005, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Distrito Federal a transferir imóveis de sua propriedade ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal – FGP-DF e dá outras providências”.

A emenda é de autoria da Deputada Eliana Pedrosa. Vistas as questões relacionadas dentro da competência da Comissão de Assuntos Fundiários, nosso entendimento é também pela aprovação da referida emenda aditiva que foi anexada no estudo durante a CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.005, de 2014, em 1º turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23   09   2014	15h25min.	78ª SESSÃO ORDINÁRIA.	40

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 abstenção.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Celina Leão tem dois requerimentos de convocação dos comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. V.Exa. poderia colocá-los também em processo de votação?

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputada Eliana Pedrosa, vou fazer uma convocação em segundo turno dos projetos que nós votamos em primeiro turno e, após a deliberação desses projetos, eu respondo sua questão de ordem.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária para discussão e votação em segundo turno dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 1.980, de 2014; Projeto de Lei nº 1.986, de 2014; Projeto de Lei nº 1.997, de 2014; Projeto de Lei nº 1.998, de 2014; Projeto de Lei nº 1.999, de 2014; Projeto de Lei nº 2.010, de 2014; Projeto de Lei nº 2.011, de 2014; Projeto de Lei nº 2.014, de 2014; Projeto de Lei nº 1.989, de 2014; Projeto de Lei nº 1.971, de 2014; Projeto de Lei nº 2.005, de 2014; bem como os itens nºs 108 a 133 da pauta da sessão ordinária de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h22min.)